



XXXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO
ADMINISTRATIVO E DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

005. CADERNO DE QUESTÕES

(QUESTÕES DISCURSIVAS)

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

DIREITO CONSTITUCIONAL - QUESTÃO 01

Em uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em que se discutia se certa norma constitucional deveria disciplinar, ou não, a relação jurídica que formava a respectiva causa de pedir, argumentava-se que as vicissitudes da realidade exigiam uma interpretação prospectiva da ordem constitucional, o que se refletiria no teor da norma.

A parte demandada sustentava que a coerência sistemática do ordenamento jurídico exigia que todos os padrões normativos fossem interpretados com a utilização dos métodos clássicos preconizados por Friedrich Carl Von Savigny, que encampam a jurisprudência dos conceitos. A não ser assim, seria evidente a realização de escolhas arbitrárias e, ao fim, pouco transparentes.

Indique os argumentos que devem ser apresentados pelo Promotor de Justiça para acolher ou combater a tese da parte demandada, considerando os traços da jurisprudência dos interesses e da jurisprudência dos valores, bem como as principais teorias da interpretação que lhes dão sustentação.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 60 pontos).

DIREITO CONSTITUCIONAL - QUESTÃO 02

Analise, à luz da Constituição da República, os debates em torno da relevância do ato de promulgação dos tratados internacionais, na perspectiva da produção de efeitos por esses atos de direito internacional, bem como a necessidade, ou não, de anuênciam do Poder Legislativo para a sua denúncia.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 40 pontos).

DIREITO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO 03

A Promotoria de Justiça com atribuição recebeu notícia de fato anônima com a informação de que o filho do Secretário Municipal de Obras exerce cargo em comissão junto à Diretoria de Obras, estrutura subordinada diretamente à Secretaria por ele ocupada. Uma vez que a notícia de fato não veio acompanhada de elementos mínimos para aferição do alegado, o Promotor de Justiça determinou a expedição de ofício ao Prefeito requisitando informações. Em resposta, o Chefe do Poder Executivo Municipal informou que, diante da dificuldade na contratação de engenheiro especialista em estruturas, acatou a indicação do Secretário Municipal de Obras, que é servidor público efetivo, e resolveu, após analisar cuidadosamente o currículo do filho do aludido servidor, nomeá-lo para o exercício de cargo de comissão de direção de obras, salientando a inexistência de lei municipal impeditiva. Comprovou, por meio de documentos, que, 5 (cinco) dias após a apresentação da notícia de fato anônima, infelizmente, o Secretário Municipal de Obras faleceu e que o Diretor de Obras, por 3 (três) anos, tem desempenhado suas funções com zelo e competência, postulando o indeferimento da notícia de fato.

Posicione-se, justificadamente, abordando os aspectos apresentados e os mecanismos de controle postos à disposição do Ministério Público.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO ADMINISTRATIVO - QUESTÃO 04

Determinado ente público decidiu realizar pregão eletrônico destinado à contratação de fragmentadoras de papel, de determinada marca ou similar. Embora tenha apresentado proposta com valor consideravelmente mais vantajoso, a única empresa interessada foi inabilitada, por apresentar certidões negativas de débito vencidas meses antes da publicação do edital. A licitação foi declarada fracassada. A Administração Pública procedeu à contratação direta da empresa que havia apresentado a menor proposta de preços na fase de planejamento, estendendo, a requerimento da contratada, o prazo de entrega dos produtos. A empresa inabilitada impugnou sua desclassificação, por defender sanável a irregularidade e por ser mais vantajosa a sua proposta. Sustentou, subsidiariamente, ser obrigatória a realização de nova licitação.

Analise, justificadamente, todos os aspectos envolvidos.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - QUESTÃO 05

Determinado contribuinte do Estado X declarou em parte e não efetuou o pagamento do ICMS mensal, em relação ao mês de maio de 2015, com vencimento em junho do mesmo ano. Em maio de 2020, o mesmo contribuinte propôs ação declaratória de inexistência de relação jurídica em face do referido Estado, requerendo, em tutela de urgência, que a autoridade administrativa fosse obrigada a se abster de efetuar o lançamento do imposto, da multa por descumprimento de obrigação acessória e de eventual exclusão do parcelamento.

Analise, fundamentadamente, os aspectos jurídico-tributários pertinentes ao caso concreto.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO - QUESTÃO 06

Discorra sobre a evolução das imunidades tributárias previstas no art. 150, VI, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, abordando os seus aspectos históricos, doutrinários e jurisprudenciais, bem como a extensão das referidas imunidades, de acordo com as atividades desempenhadas pelas entidades, a partir da perspectiva da capacidade contributiva, do domínio econômico e da livre concorrência. Por fim, esclareça, fundamentadamente, se as referidas imunidades alcançam as obrigações acessórias.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA. (Valor: 50 pontos).